

LITERATURA CENSURADA: O POLITICAMENTE (IN)CORRETO NA LITERATURA PARA CRIANÇAS E JOVENS

Danilo Fernandes Sampaio de Souza¹

Resumo

Na contemporaneidade, a literatura destinada à infância e à juventude vem se destacando em termos de qualidade estética, recebendo, cada vez mais, destaque da crítica especializada. Temáticas e conflitos considerados polêmicos, a exemplo da morte, dos relacionamentos, da violência, do sexo, entre outros, estão presentes nas obras infantis e juvenis, todavia, na maioria das vezes, são significativas as restrições que pais e educadores fazem com a justificativa de que tais obras podem causar sentimentos negativos aos seus leitores. Assim, neste estudo, categorizado metodologicamente como qualitativo e de cunho bibliográfico-documental, analisaremos, por meio de três reportagens que evidenciam polêmicas com obras literárias no ambiente escolar, como ainda hoje a sociedade e a escola censuram obras literárias que fogem ao politicamente correto, demonstrando, assim, um alinhamento com a visão platônica da literatura. Respaldam nossas análises os estudos de Candido (1999), Hunt (2013), Martha (2011, 2013), entre outros autores.

Palavras-chave: Literatura infantil e juvenil. Temas polêmicos. Censura.

CENSORED LITERATURE: POLITICALLY (IN)CORRECT IN LITERATURE FOR CHILDREN AND YOUTH

Abstract

In contemporary times, the literature destined to childhood and youth has been standing out in terms of aesthetic quality, receiving, increasingly, the highlight of the specialized criticism. Themes and conflicts considered controversial, such as death, relationships, violence, sex, among others, are present in children's and youth works, however, most of the time, the restrictions that parents and educators make with the justification that such works can cause negative feelings to their readers are significant. Thus, in this study, methodologically categorized as qualitative and bibliographic-documentary in nature, we will analyze, through three reports that evidence controversies with literary works in the school environment, as still today society and the school censor literary works that escape political correctness, thus demonstrating an alignment with the platonic view of literature. Our analyses support the studies of Candido (1999), Hunt (2013), Martha (2011, 2013), among other authors.

Keywords: Children's and youth literature. Controversial topics. Censorship.

1 INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – Espírito Santo – Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É Técnico em Assuntos Educacionais da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu), redator de Língua Portuguesa do Novo Currículo da Rede Estadual e dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. É membro do Conselho de Cultura do Espírito Santo. Atualmente, integra o grupo de pesquisa Literatura e Educação da UFES. E-mail: daniolfssouza@hotmail.com.

Desde o período clássico, vários pensadores e filósofos se ocuparam de questões relacionadas à Arte e à Literatura, desvelando o caráter complexo que é discutir tais temas. O filósofo grego Platão fez considerações acerca do processo ficcional, atrelando a literatura ao conhecimento, mas não a um conhecimento revelador da verdade, mas imitação das coisas e dos seres e criadora de vãs aparências. No livro X de *A República* (1997), Platão faz uma análise da poesia épica e afirma que ela não revela e nem se aproxima do real, mas pelo contrário, o oculta. O filósofo, no geral, classifica todas as manifestações artísticas, pelo olhar da filosofia, como uma *mimesis*, isto é, imitação.

Em *Sofista*, de acordo com Luft (2008), Platão denomina a atividade mimética de duas formas: cópia e simulacro. Tida como cópia, a *mimesis* é apenas uma imitação imperfeita do mundo sensível. Na outra direção, tem-se o papel assumido pelos artistas que é reproduzir a cópia, ou seja, a “cópia da cópia” (LUFT, 2008, p. 2), portanto, o simulacro. “De modo geral, ao reproduzir um mundo sensível, os artistas não copiam a ideia correspondente ao que está sendo copiado, mas algo que já é cópia” (LUFT, 2008, p. 2). Nesse sentido, para Platão, a produção da obra ficcional, desprovida do elo com a filosofia, seria prejudicial, uma vez que estaria distante da verdade e do verdadeiro conhecimento. Dessa forma, percebemos do ponto de vista platônico que “a arte é tida como simulacro, em função de que ela é uma imitação infiel do mundo sensível, que por sua vez, é uma cópia do mundo das ideias” (LUFT, 2008, p. 2).

Contrária à postura de Platão, Aristóteles, seu discípulo, assume outra postura referente à Arte e à Literatura. É a concepção assumida por Aristóteles que respalda este trabalho:

[...] enquanto Platão condena a mimese poética como meio inadequado de alcançar a verdade, Aristóteles considera-a como instrumento válido sob o ponto de vista gnosiológico²: o poeta, diferentemente do historiador, não representa fatos ou situações particulares; o poeta cria um mundo coerente em que os acontecimentos são representados na sua universalidade, segundo a lei da probabilidade ou da necessidade, assim esclarecendo a natureza profana da ação humana e dos seus móveis. O conhecimento assim proposto pela obra literária atua depois no real, pois se a obra poética é “uma construção formal baseada em elementos do mundo real”, o conhecimento proporcionado por essa obra tem de iluminar aspectos da realidade que a permite (SILVA, 1967, p. 17-18).

Essas duas posições, contrárias entre si, permanecem em voga e ainda hoje provocam disputas acirradas entre críticos, estudiosos da literatura e, principalmente, educadores, produzindo, portanto, diversas formas de se relacionar e de se entender as manifestações literárias.

² Referente à teoria geral do conhecimento humano, voltada para a reflexão em torno da origem, natureza e limites do ato cognitivo.

Assim, neste estudo, categorizado metodologicamente como qualitativo e de cunho bibliográfico-documental, analisaremos, por meio de 3 reportagens que evidenciam a censura de obras literárias no ambiente escolar, como ainda hoje a sociedade e a escola censuram obras literárias que fogem ao politicamente correto, demonstrando, assim, um certo alinhamento com a visão platônica da literatura.

2 CENSURA DA LITERATURA EM CONTEXTO ESCOLAR

Na tentativa de problematizar ainda mais as questões acerca da Literatura, bem como o que ela representa na sociedade hodierna, trazer à tona o debate sobre as concepções e funções da literatura é pertinente. Em seu livro *Literatura: leitores e leitura*, Marisa Lajolo (2001) traz a lume essa questão complexa, com base dos estudos literários. Na obra, Lajolo problematiza a questão, levantando vários questionamentos sobre a definição de literatura:

Não se pode dizer que literatura é aquilo que cada um considera literatura? Por que não incluir no conceito de literatura as linhas que cada um rabisca em momentos especiais, como o poema que seu amigo fez para a namorada, mandou para ela e não mostrou para mais ninguém? Por que não chamar de literatura a história de bruxas e bichos que de noite, à hora de dormir, sua mãe inventava para você e seus irmãos? [...]Esses textos não têm a mesma cidadania literária que o romance famoso de Gustave Flaubert (1821--1880) ou de José de Alencar (1829-1877)? [...] (LAJOLO, 2001, p. 12).

A autora desenvolve todo o segundo capítulo do livro tecendo considerações sobre o que é literatura. Questiona se é literatura os *best-sellers*, os poemas adormecidos em gavetas, as produções de cantadores e repentistas. Se é literatura um romance, as histórias de bruxo ou os livros de autores consagrados como Ariano Suassuna, Adélia Prado e Lya Luft como também as frases pintadas a spray em muros e edifícios dos centros urbanos. “Será que tudo isso é literatura? E, se não é literatura, por que não é? Para uma coisa ser chamada literatura tem de ser escrita? Tem de ser editada? Tem de ser impressa em livro e vendida ao público?” (LAJOLO, 2001, p. 14). E por fim, a autora conclui que “[...] a resposta é simples. Tudo isso é, não é e pode ser que seja literatura. Depende do ponto de vista, do significado que a palavra tem para cada um, da situação na qual se discute o que é literatura” (LAJOLO, 2001, p.15).

Para evidenciar ainda mais a problemática da questão, na tentativa de apresentarmos as várias posições e definições para o conceito de literatura, retiramos o significado do verbete *Literatura* de um dos suportes mais utilizados da população em geral, o dicionário:

Literatura *s.f.* (1728 cf RS) 1 ensino das primeiras letras 2 LIT USO estético da linguagem escrita; arte literária (*teoria da l.*) (*tendências da l.*) 3 LIT conjunto de obras literárias de reconhecido valor estético, pertencentes a um país, época, gênero etc (*l. brasileira*) (*l. medieval*) (*l. romanesca*) 4 *p.ana.* conjunto das obras científicas, filosóficas etc., sobre um determinado assunto, matéria ou questão; bibliografia (*l. marxista*) (*l. farmacêutica*) 5 ofício, trabalho do profissional de letras [...] 6 conjunto de escritores, poetas etc. que atuam no mundo das letras, numa determinada sociedade; tertúlia [...] 7 disciplina escolar composta de estudos literários (*aula de l.*) (*professor de l.*) 8 boletim, folheto, conjunto de instruções etc. que acompanham certos produtos para orientar o cliente ou o comprador sobre seu emprego 9 *pej.* Palavreado vazio, de caráter inautêntico, artificial ou superficial [...] (HOUAISS, 2001, p. 1771).

Chama nossa atenção, a pluralidade de concepções ligadas ao verbete *Literatura*. Nas acepções “uso estético da linguagem escrita; arte literária” (acepção 2); “conjunto de obras literárias de reconhecido valor estético, pertencentes a um país, época, gênero etc” (acepção 3); “conjunto de escritores, poetas etc. que atuam no mundo das letras, numa determinada sociedade” (acepção 6) percebemos um conceito mais voltado à estética, ou seja, a literatura encarada como objeto artístico. Já nas considerações “ensino das primeiras letras” (acepção 1) e “boletim, folheto, conjunto de instruções etc. que acompanham certos produtos para orientar o cliente ou o comprador sobre seu emprego” (acepção 8) fica evidente o conceito de literatura entrelaçado à instrução, algo a ser ensinado e seguido.

É justamente nas acepções 1 e 8, ligadas a preceitos morais e pedagógicos, que os livros para crianças e jovens estiveram unidos desde a sua origem. O precursor da literatura para crianças, o contista francês Charles Perrault, deixa evidente em dedicatória na obra *Histories ou contes du temps passé avec des moralités*³ suas reais intenções ao afirmar que seus textos “Contêm eles todos uma moral assaz sensata, a qual será tanto mais patente quanto maior for o grau de penetração de quem os ler” (PERRAULT, [s./d.], p. 81).

Fica nítido, no trecho da dedicatória exposto acima, a intenção pedagógica de tais contos e que os mesmos estavam a serviço da perpetuação da moral vigente na corte francesa. Além de Perrault, outros escritores ficaram famosos por reunir contos e adaptá-los ao universo infantil, a exemplo de Hans Cristhian Andersen, autor de *A pequena Sereia* e Os Irmãos Grimm, conhecidos pelos textos *Branca de Neve e os sete Anões*, *O patinho Feio* e *Rapunzel*, entre outros contos. Todavia, apesar da ludicidade presente nas histórias, não podemos desconsiderar o caráter pedagógico e instrucional, relacionados à ideologia reinante à época. De acordo com Brenman, “Os irmãos Grimm revisavam seus escritos riscando expressões e alterando situações, a seu ver, inadequadas às crianças.” (BRENMAN, 2013, p. 47). Como exemplo, ele cita, no conto *Rapunzel*, a passagem em que a personagem principal brincava com o príncipe e

³ Histórias ou contos de antigamente com as respectivas moralidades.

um tempo depois percebia suas roupas não entrando mais no corpo. Tal trecho sofreu corte na segunda edição da história, uma vez que fazia referência a uma provável gravidez. O autor ainda pontua que “Os Grimm usavam a sua tesoura moralista de acordo com suas convicções, ou seja, o corte vinha de dentro para fora (BRENMAN, 2013, p. 47).

Evidentemente, não somos ingênuos ao ponto de acreditarmos que a literatura não ensina, não educa, não forma (no sentido pedagógico) ou manipula. Todavia, a intenção, *a priori*, não seriam essas. Sendo a literatura a expressão das relações do homem com o mundo, subjacente a ela estão valores e preceitos de seu criador e de uma sociedade em determinado época e contexto. Quanto a isso, apoiados em Antonio Candido, entendemos que:

A literatura pode formar; mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa, — o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose matreira do óbvio, novamente em grande voga), ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, — com altos e baixos, luzes e sombras. (CANDIDO, 1999, p. 84).

Dessarte, o crítico chama nossa atenção para determinadas concepções doutrinadoras que veem na literatura um veículo de transmissão de ideologia, conceitos e valores de grupos dominantes. Afirma, ainda, que a literatura não pode servir como uma “cartilha de boas práticas”, que dá orientações e instruções claras aos indivíduos de como devem se comportar e que atitudes devem tomar diante das várias circunstâncias da vida, mas educa justamente na apresentação da dualidade, do paradoxo, dos altos e baixos.

No Brasil, foi somente no início do século XX que a produção destinada a crianças e jovens se consolidou, todavia, ainda vincada em pressupostos pedagógicos e didático-moralizantes, uma vez que os textos eram “[...] representantes de um projeto educacional e ideológico que via na escola e nos textos destinados a crianças e jovens aliados imprescindíveis para a formação de cidadãos” (LUFT, 2010, p.112).

Nesse sentido, obras que fugiam aos temas “politicamente corretos⁴” ou subvertiam padrões de comportamento vigentes eram censuradas e não deveriam fazer parte do repertório literário de crianças e adolescentes. Essa função da literatura, tida como instrumento formativo do caráter humano, disseminadora de condutas morais, dialoga, mais uma vez, com a visão de Platão sobre o ideal de textos ficcionais. Em sua reflexão sobre a *cidade ideal*, no livro *A*

⁴ Entendidos aqui como temáticas conservadoras que apenas veiculam o bem e o belo, se esquivando de debater temas mais contundentes e fraturantes, como a morte, a raiva, o mal, o sexo etc.

República, apesar de restrição a práticas leitoras, Platão sinalizou a literatura entre os itens dos quais se ocupam as crianças, mas com intensas restrições:

Portanto, parece-me que precisamos começar por vigiar os criadores de fábulas, separar as suas composições boas das más. Em seguida, convenceremos as mães e as mães a contarem aos filhos as que tivermos escolhido e a modelarem-lhes a alma com as suas fábulas muito mais do que o corpo com as suas mãos. Mas a maior parte das que elas contam atualmente devem ser condenadas. [...] (PLATÃO, 1997, p.76)

[...] Pois uma criança não pode diferenciar uma alegoria do que não é, e as opiniões que recebe nessa idade tornam-se indelévels e inabaláveis. E devido a isso que se deve fazer todo o possível para que as primeiras fábulas que ela ouve sejam as mais belas e as mais adequadas a ensinar-lhe a virtude (PLATÃO, 1997, p. 78).

Pensamentos como os de Platão, difundidos por meio dos diálogos socráticos, parecem delinear um perfil de obra ficcional que deveria fazer parte do repertório das crianças e adolescentes. As obras deveriam ser escolhidas por mães e somente mitos autorizados deveriam fazer parte do repertório das crianças. Obras consideradas más precisariam ser censuradas. Logo, vemos aqui uma vigilância rigorosa sobre o criador e seu objeto artístico, um verdadeiro “caça às bruxas”, limitando que certos textos chegassem às mãos das crianças, na tentativa de que somente os textos mais “adequados”, ou seja, aqueles que ensinavam qualidades ou perfeição deveriam chegar até as crianças. Parece-nos não haver preocupação com a qualidade estética do texto, mas sim, apenas sobre o seu conteúdo. A respeito disso, Marchezan (2010) complementa:

A arte, para Platão, nos diálogos socráticos, insere-se no contexto da vida do cidadão e não se separa da vida, nos seus efeitos morais e políticos; envolve o ser na sua educação moral e política; é análoga às circunstâncias da vida do cidadão. Platão quer a arte para a educação do cidadão (MARCHEZAN, 2010, p. 11).

Nesse sentido, percebemos sob o prisma de Platão, que a arte deve estar a serviço da educação do cidadão, transmitindo-lhe valores morais e políticos. Tal pensamento foi consenso durante muito tempo no Brasil, atribuindo à literatura destinada ao público infantil a função de ensinamento de normas, condutas morais, regras de como viver em sociedade e a serviço da educação das crianças.

Segundo estudos diacrônicos realizados por Lajolo e Zilberman (1988), a literatura destinada a crianças e jovens se caracterizou pela aglutinação de ciclos da cultura brasileira, rompendo de forma mais intensa com a perspectiva pedagógica e utilitarista a partir da década de 1970, conhecida como o *boom* da literatura infantil. Martha (2011) completa tal pensamento afirmando que as pesquisas realizadas nessa época foram essenciais para a consolidação da

literatura infantil e para se compreender o vazio que se estabelecia em relação a um “específico juvenil”, visto que existiam obras que não apresentavam características da literatura destinada às crianças e nem das voltadas aos adultos. Dessa forma, estudiosos, instituições literárias e editoras voltam seus olhares para esse público específico e obras que anteriormente eram chamadas genericamente de infanto-juvenil começam a ser especificadas como *Infantis* e *Juvenis*⁵ à medida em que ambas apresentam características no que se referem ao tema, à linguagem e ao projeto gráfico-editorial diferenciados uns dos outros (MARTHA, 2011).

É nessa direção em que caminha boa parte das narrativas infantis e juvenis contemporâneas que, pautadas não mais na intolerância e na propagação de valores e normas conservadoras, começam a discutir temas mais ousados e “ligados a questões prementes para o ser humano” (MARTHA, 2013, p. 95). Assim, parte do acervo literário destinado a crianças e jovens tem se mostrado de boa qualidade estética, trazendo à tona temas plurais e em voga no mundo contemporâneo.

Nessa perspectiva, a literatura destinada aos jovens não pode se furtar de debater temáticas concernentes à condição humana, tais como angústia, raiva, tristeza, medo, sexualidade etc. e nem deixar de acolher as mais variadas expressões e identidades juvenis que a todo momento emergem na sociedade multifacetada. Consoante Martha:

Como as narrativas infantis, as agora consideradas “juvenis” apresentam marcas formais e temáticas diversificadas, apropriadas à faixa etária de seus leitores e inerentes ao contexto sociocultural em que transitam autores e receptores. Com linguagem questionadora de convenções e normas, técnicas mais complexas de narrar, as obras contemporâneas tratam de assuntos anteriormente proibidos a leitores mais jovens - morte, separações, violência, crises de identidade, escolhas, relacionamentos, perdas, sexualidade e afetividades (MARTHA, 2011, p. 2).

Entretanto, apesar de boa parte da publicação contemporânea endereçada ao público infantil e juvenil ter rompido com o caráter pedagogizante e utilitarista, ainda hoje são significativas as restrições que pais e educadores fazem a obras que discutam temas mais densos com a justificativa de que tais textos podem prejudicar a infância e causar sentimentos negativos aos seus leitores.

Tendo como base o que foi exposto até aqui, analisaremos, a seguir, 3 notícias veiculadas na imprensa nos últimos dois anos (2017 e 2018) que discorrem sobre livros indicados em ambiente escolar destinados à infância e à juventude, mas que suscitaram opiniões

⁵ É interessante ressaltar que a denominação Infantil e Juvenil ainda é muito questionada entre teóricos e autores, sendo ainda um problema de gênero e modo. Não é o foco desse artigo discutir essa nomenclatura.

divergentes, se tornando, algumas vezes, caso de polícia ou foram recolhidos das escolas com a justificativa de que não estavam apropriados aos leitores em potencial.

Na contemporaneidade, vivemos, infelizmente, em uma gigantesca onda conservadora que tenta, a todo custo, cercear manifestações mais progressistas da arte e da cultura. A literatura, evidentemente, tem sido vítima desse retrocesso. Em 2017, a exemplo da censura defendida por Platão, uma obra pertencente ao acervo de bibliotecas das escolas públicas de todo Brasil foi recolhida com a justificativa de que fazia apologia ao incesto. O livro *Enquanto o sono não vem*, de José Mauro Brant, distribuído pelo Programa de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), traz em um dos seus contos intitulado *A triste história de Eredegalda*, a saga de uma princesa que não aceita casar-se com o rei, seu pai, e, por isso, acaba prisioneira em uma torre.

Figura 1. imagem do poema *A triste história de Eredegalda*



Fonte: Brant (2013, p. 26-27)

Segundo notícia do site *O Globo*, o MEC justificou o recolhimento de 93 mil exemplares dessa obra, argumentando que seria impróprio para a faixa etária a qual se destinava, crianças de 7 e 8 anos. Para Martha (2013), atitudes de censura e recolha de livros literários ou ficcionais se devam ao fato de que

Com uma concepção idealizada da infância e da juventude, épocas de despreocupação e felicidade – paraíso perdido -, muitos adultos acreditam que, nesse momento, talvez não sejam apropriadas discussões sobre a violência, o medo e, tampouco, o sexo e a morte, como se tais assuntos fossem alheios à vida real (MARTHA, 2013, p. 88).

A decisão do MEC dividiu opiniões: os que eram favoráveis à retirada do livro justificavam que, ao ler a história, a criança poderia normalizar o incesto. Já os contrários ao recolhimento viam uma oportunidade de discutir uma questão polêmica e que, se bem mediada pelo professor, poderia contribuir na formação humana, uma vez que as crianças, de forma simbólica, teriam contato com sentimentos e situações complexas, mas que fazem parte da vida. Logo, discutir essa temática também poderia ajudar e proteger as crianças dos abusos que, muitas vezes, são cometidos dentro do próprio lar, pois, como expõe Petit, “O texto, de maneira silenciosa, vai liberar algo que o leitor tem dentro de si. E às vezes o leitor encontra ali a energia, a força, para sair de um contexto em que estava preso” (PETIT, 2013, p. 46).

A proibição do livro *Enquanto o sono não vem* nos dá indícios do contexto sociocultural em que estamos inseridos, repleto de paradoxos e retrocessos que, por vezes, prega a autonomia da criança e sua liberdade na hora de escolher a literatura que lhe agrada, mas, em outras circunstâncias, adota um discurso de que é necessário proteger as crianças de temáticas mais densas e contundentes, ocultando a complexidade existente no mundo real. À vista disso, comentando este mesmo caso veiculado na imprensa, Ichilevici (2019) evidencia que, se por um viés, aparentemente não há mais nenhum assunto que possa ser proibido na era tecnológica e de difusão do conhecimento disponível a todos, por outro viés, cada vez mais “crescem tendências moralizantes e infantilizadoras – o leitor adulto, ao enxergar no texto aquilo que lhe aflige, escolhe evitar temas que lhe causam angústia, estendendo seu mal-estar à criança (ICHILEVICI, 2019, p. 133).

De igual modo, Peter Hunt, reconhecido pesquisador inglês de literatura infantil, em texto intitulado *Cuidado com as polêmicas veladas* completa o pensamento de Ichilevici (2019), afirmando que são os adultos que se incomodam com a discussão de temas mais fortes na literatura:

A literatura infantil, apesar da ideia de que se trata de algo simples e inocente, na verdade, gera muitas controvérsias. Essas são, geralmente, questões de conteúdo tal como este é percebido pelos adultos – porque um ponto importante é o de que, na maior parte das vezes, são os adultos que se chocam com o conteúdo dos livros, e não os jovens (HUNT, 2013, p. 83).

O autor, no mesmo texto, reflete acerca da questão por meio de dois questionamentos: “1. Qual a importância dos livros na era dos multimeios? 2. Quem estamos realmente protegendo quando nos preocupamos com o conteúdo dos livros infantis?” (HUNT, 2013, p. 84). Para o pesquisador, “É curioso que os livros são frequentemente mais censurados que outros tipos de materiais mais facilmente acessíveis - considerando que apenas 15 a 20% das

crianças realmente os leem” (HUNT, 2013, p. 84). É perceptível que a censura não é tão rigorosa quando se trata de jogos, filmes, *sites* da *internet* etc. Por vezes, o acesso a conteúdos considerados impróprios, tais como cenas de violência, morte, uso de álcool e drogas não causa o mesmo desconforto se veiculado em outros meios e plataformas de acesso quando comparado ao que é gerado com tais temáticas presentes em obras ficcionais. Quanto à segunda reflexão, Hunt (2013) é categórico ao dizer:

Na maioria das vezes, estamos protegendo os adultos (ou os adultos estão se protegendo) e uma visão adulta da infância e da cultura. Muitos adultos têm uma relação desconfortável com as suas próprias infâncias e utilizam os livros infantis como um espaço onde podem criar um mundo real, inocente, independentemente da realidade (HUNT, 2013, p. 84).

No que se refere à literatura juvenil, apesar de endereçada a um público mais maduro do que o infantil, a censura não é menos rigorosa. Recentemente, em notícia veiculada pelo site *G1*, um livro em quadrinhos da história de Anne Frank, única versão autorizada pela fundação da autora, causou polêmica em uma escola pertencente à rede particular de ensino de Vitória – ES. Indicada para leitura em turmas de 7º ano do Ensino Fundamental, a obra foi alvo de reclamações por parte de vários pais de estudantes, sob a justificativa do livro apresentar “trechos ligados à sexualidade que não deveriam ser lidos por adolescentes de 12 ou 13 anos” (PORTAL G1, 2018, Online). O trecho alvo da crítica é o exposto a seguir:

Figura 2. imagem do livro *O diário de Anne Frank em quadrinhos*



Fonte: Folman e Polonsky (2018, p. 96)

Diante do desconforto causado entre os pais dos alunos, a escola preferiu retirar o livro do rol de leituras indicadas para estudantes do 7º ano. A pesquisadora em Literatura e professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Maria Amélia Dalvi, ao ser questionada sobre o assunto, expõe seu ponto de vista:

Me espanta muito que as pessoas se choquem com questões de sexualidade do que com o terror que milhões de pessoas condenadas aos campos de concentração passaram. Eu imagino que com 12 anos as questões ligadas a corpo e sexualidade já habitam o imaginário das crianças, dos adolescentes. As indagações já começam a aparecer. É muito melhor aprender sobre isso mediado pelos pais ou pela escola do que na rua (PORTAL G1, 2018, Online).

A pesquisadora toca em uma questão importante: temáticas relacionadas à sexualidade parecem estar entre as que mais sofrem censuras ou causam desconforto quando retratadas em objetos ficcionais. É perturbador que, em nenhum momento, há um incômodo com as questões relacionadas ao holocausto, à barbárie sofrida por milhões de judeus e aos horrores da guerra. O livro foi reduzido e censurado devido a poucos trechos ligados à sexualidade. Ainda segundo a pesquisadora, é justamente papel da literatura na escola trazer ao cerne o debate de questões complexas da vivência humana:

Tem uma coisa, que a gente sempre precisa se lembrar: qual é o papel da literatura na escola? A literatura existe para complexificar a compreensão do real e ela faz isso quando nos defronta com questões difíceis da existência. Eu penso que uma obra que foi escrita por uma adolescente entre os 13 e os 15 anos, abordando coisas que passavam pela cabeça lá década de 40, e que se tornou após publicação um clássico juvenil no mundo inteiro, é um material muito importante que precisa sim ser debatido nas escolas (PORTAL G1, 2018, Online).

Concordamos com a pesquisadora e pensamos que a escola, ao retirar a obra da lista de leituras dos estudantes, perdeu uma grande oportunidade de debater questões cruciais e complexas da existência humana e legitimou discursos de quem, muitas vezes, pouco ou nada sabe sobre literatura e educação.

De igual modo, o livro *Kitty aos 22: divertimento*, do escritor capixaba Reinaldo Santos Neves, foi ao holofote da imprensa por conta de uma denúncia feita ao Ministério Público pelo pai de uma estudante contra uma professora da Rede Estadual de ensino de Vitória. Em notícia veiculada no *Gazeta online*, em 2017, o pai da adolescente justifica sua denúncia afirmando que “Para uma pré-adolescente, esse livro não é adequado em sala de aula. Há tanta literatura que a professora podia colocar, pra que justamente essa? Para induzir o jovem à sexualidade?” (GAZETA, 2017, online), disse o pai da estudante. A professora explica sua escolha ao afirmar

que o livro é divertido e que a linguagem é de fácil acesso ao aluno, não criando barreiras à leitura e ainda salienta: “Eles nunca ouviram falar de um livro que se passasse em Vitória. O aluno se identifica com o lugar em que mora. Por exemplo, a obra fala do Parque Moscoso, no Centro, e é algo próximo deles” (GAZETA, 2017, online).

O escritor da obra, ao saber do caso noticiado, revela que não é a primeira vez que sua obra é censurada, caso semelhante aconteceu em 2012, época em que o livro foi indicado ao VestUfes, tradicional vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo. O autor defende seu livro, considerando que “O livro fala deles [adolescentes], sobre eles e sobre as coisas deles, como as músicas de que gostam.” (GAZETA, 2017, online). O autor ainda acrescenta que tal obra pode aproximar os adolescentes à leitura literária. “É um incentivo à leitura. Ao invés de os obrigar a ler obras que não têm nada a ver com eles e que, por mais que tenham qualidade literária, estão distantes deles. O próprio Machado (de Assis) está mais distante deles do que ‘Kitty’” (GAZETA, 2017, online).

Os casos supracitados são apenas alguns exemplos das censuras que obras que fogem ao politicamente correto sofrem no ambiente escolar por parte de pais, pedagogos e professores. Pardinho (2004) afirma que, na escola, o perfil de obra literária eleita é aquela que busca o equilíbrio e que seja menos tensa, mas que o leitor, ao buscar um livro ficcional “tende a buscar tensão e desequilíbrio que não dizem respeito a sua adaptação ao mundo real” (PARDINHO, 2004, p. 110). Tal entendimento é respaldado por Leite:

[...] mais prudente seria supor que a pessoa não se desajusta através da leitura, mas que procura a ficção desajustadora quando experimenta dificuldades de ajustamento. [...] o pensamento produtivo depende da percepção do desequilíbrio, enquanto que o texto literário é uma forma de exprimir, mas não de solucionar esse desequilíbrio. Assim se compreende que a leitura seja também uma forma de pensamento criador e exija também a capacidade para suportar tensões e reagir produtivamente a elas (LEITE, 1967, p. 234-245).

Semelhantemente, a escritora Nilma Lacerda também defende a inserção de obras que tratem de temas polêmicos na produção para crianças e jovens, pois:

Como experiência humana e estética que propicia o reconhecimento do que nos faz humanos, os temas vistos como polêmicos são exatamente os que mais se ocupam de nossa humanidade e podem ofertar aos leitores infantis e juvenis vias essenciais para a discussão do que os inquieta (LACERDA, 2017, online).

Dessa forma, livros ficcionais que tratem de temas mais contundentes e não somente apresentam o bem e o belo podem, se bem mediados, ajudar tais leitores a lidarem com situações de conflito e intempéries que estão presentes no caos da vida cotidiana. Ocultar tais temáticas

e impedir que elas sejam debatidas nas escolas só dará brechas para que outras instâncias e setores que, na maioria das vezes, não possuem o preparo nem a competência para mediar assuntos fraturantes, o façam de forma alienante e equivocada.

3 CONCLUSÃO

Diante da discussão realizada, tentamos evidenciar que, infelizmente, ainda hoje, em pleno século XXI, pensamentos e práticas (como as do pensador Platão que viveu entre 427 e 347 AC) que cerceiam obras ficcionais ainda fazem eco na sociedade e, principalmente, em contexto escolar. Por meio das notícias selecionadas, vimos a constante tentativa de impedir que crianças e jovens leiam obras ficcionais que trazem em seu bojo temas mais contundentes e complexos, alegando uma falsa proteção, esquecendo os censuradores que o pensamento nasce justamente do conflito de ideias e na oposição de realidades. É necessário revelar e não esconder. É importante lembrar, ainda, que a escola e, principalmente, a sociedade como um todo, devem-se preocupar não somente com o aprendizado de conteúdos e de conhecimentos objetivos, mas com a formação integral da criança e do jovem, para que tenham suas próprias visões do mundo e manifestem com autonomia e criticidade seus pensamentos e ideias.

Dentro dessa perspectiva, quais suportes discursivos a escola tem trabalhado para atingir tais objetivos e preparar a criança e o adolescente para a vida cotidiana, que por vezes se apresenta dura, violenta, desigual e preconceituosa? Em que textos podemos refletir sobre a aceitação dos grupos sociais diferentes, algumas vezes distantes de nós, que ora emergem, exigindo direitos, respeito, ajuda, solidariedade? Que livros podem preparar o homem para a compreensão, desenvolvimento da sensibilidade, da generosidade, da solidariedade, da criatividade?

Estes temas aparentemente abstratos são centrais e importantíssimos para a formação do homem. Acreditamos que a arte e, nitidamente, os livros literários conseguem dialogar com os jovens sobre os temas elencados acima de uma maneira mais efetiva e menos instrucional. É a ficção o lugar da exteriorização dos arquétipos⁶; das manifestações dos conflitos e problemas pertencentes à vida humana, a exemplo do medo, angústias, ansiedades,

⁶ Refere-se aos modelos inatos presentes no inconsciente coletivo que servem de base para o desenvolvimento da psique humana.

contradições, expectativas, aspirações, loucuras, desejos, desequilíbrios, crises, sonhos, enfim a gnosiologia⁷.

A escola, hoje, nas múltiplas contradições que a cercam, precisa reservar espaço para a inserção de obras literárias que tratem de temas vários, inclusive os considerados densos e polêmicos, que suscite a pluralidade de ideias e interpretações e que possibilite aos leitores o exercício crítico da realidade, desenvolvendo, assim, a capacidade de escolha e a liberdade.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Poliana. **Versão em quadrinhos de O Diário de Anne Frank causa polêmica em escola de Vitória**. Portal G1. Vitória, 29/03/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/versao-em-quadrinhos-de-o-diario-de-anne-frank-causa-polemica-em-escola-de-vitoria.ghtml>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

BRANT, José Mauro. **Enquanto o sono não vem**. Rio de Janeiro: JPA, 2013.

BRENMAN, Ilan. **A condenação de Emília: o politicamente correto na literatura infantil**. 1ªed – Belo Horizonte: Aletria, 2012.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males** – Antonio Candido. IEL/Revista do Departamento de Teoria Literária da UNICAMP, p. 91-89, 1999.

FERREIRA, João. **Educadores criticam recolhimento de livro polêmico pelo mec**. O Globo. 09/06/2017. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/educadores-criticam-recolhimento-de-livro-polemico-pelo-mec-21454199>. Acesso em 11 de Dezembro de 2017.

FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. **O diário de Anne Frank em quadrinhos**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

HOUAISS, SALLES. Antônio e Mauro de. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUNT, Peter. Cuidado com as polêmicas veladas. *In*: BURLAMAQUE, Fabiane Verardi. **Literatura para crianças e jovens – por um novo pensamento crítico**. Passo Fundo: EUPF, 2013.

ICHILEVICI, Vita. **Literatura Infantil e o Politicamente Correto: dimensões éticas, estéticas e mercadológicas**. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-Graduação Educação, Linguagem e Psicologia). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.

LACERDA, Nilma. Debate; **temas polêmicos na literatura. Salto para o futuro**. Disponível em: <http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/1426102919389.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

⁷ Referente à teoria geral do conhecimento humano, voltada para a reflexão em torno da origem, natureza e limites do ato cognitivo.

LAJOLO, M. **Literatura: leitores & leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. São Paulo: Ática, 1988.

LEITE, Dante. Moreira. (1967). **Psicologia e literatura** (2a ed.). São Paulo: Nacional / Ed. da Universidade de São Paulo. (Originalmente publicado em 1965 pelo Conselho Estadual de Cultura.

LUFT, Gabriela. A literatura juvenil brasileira no início do século XXI: autores, obras e tendências. *In: Estudos de literatura brasileira contemporânea*. Nº 36. Brasília: Editora Horizonte, 2010.

LUFT, Gabriela. **Platão e Aristóteles: Diferentes perspectivas da atividade mimética**. E-hum, Belo Horizonte, Nov de 2008.

MARCHEZAN, Luiz Gonzaga. **A leitura da literatura e os dias**. Revista Brasileira de Literatura Comparada, n.16, 2010. Disponível em: revista.abralic.org.br. Acesso em 20 de agosto de 2019.

MARTHA, Alice Áurea Penteadó. **Temas e formas da narrativa juvenil brasileira contemporânea**. Anais do SILEL. Vol 2. Nº 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

MARTHA, Alice Áurea Penteadó. Narrativa juvenil: Luís Dill e a construção simbólica da violência. *In: BURLAMAQUE, Fabiane Verardi. Literatura para crianças e jovens – por um novo pensamento crítico*. Passo Fundo: EUPF, 2013.

PARDINHO, Valdete da. **Os contos de fada em contexto escolar: Cinderela, de arquétipo a protótipo**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação. Universidade de Franca, Franca, 2004.

PERRAULT, Charles. **Histórias de antigamente e suas respectivas moralidades**. Lisboa: Estampa, [s.d.].

PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. São Paulo: Editora 34, 2013.

PLATÃO. **A República**. Trad de Enrico Corvisieri. Editora Nova Cultural, 1997.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. **Teoria da literatura**. Coimbra: Almedina, 1967.

SOBRINHO, Tiago. **Livro "pornográfico" faz pai processar professora da rede estadual**. Gazeta online. Vitória, 26/10/2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/entretenimento/cultura/2017/10/livro-pornografico-faz-pai-processar-professora-da-rede-estadual-1014105000.html>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.